# A Continuidade dos Vieses Raciais na Aplicação da Inteligência Artificial no Contexto Jurídico Processual

**Autor(res)**

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Leandro Felipe Gonzaga Silveira
Gabriel Augusto Alves De Azevedo Nolasco Pinheiro

**Categoria do Trabalho**

Pós-Graduação

**Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

**Introdução**

Contemplando o mundo na atual Era da Informação é impossível não trazer à tona o advento da Inteligência Artificial (IA). Estas ferramentas que infiltraram todos os ramos sociais têm substituído grande parte das ocupações profissionais. Desta forma, a tendência é a evidente disseminação das IA's até mesmo nos campos de trabalho que exigem maior responsabilidade,como no direito. Quando decisões que podem mudar por completo a história de uma pessoa deixam de estar em mãos humanas e passam a ser tomadas por algoritmos de "Machine learnig", torna-se imperativo a discussão sobre as consequências destas escolhas

**Objetivo**

Objetivos gerais da elaboração do presente resumo, além do interesse coletivo, é de suma prioridade trazer à tona a discussão das implicações práticas e jurídicas do uso de inteligências artificiais, sobretudo, nos procedimentos e processos judiciais. Quanto aos objetivos específicos, incluem analisar e traçar paralelos históricos sobre os vieses raciais e decisões judiciais.

**Material e Métodos**

O presente trabalho foi desenvolvido através da análise bibliográfica de teses e dissertações, acerca do âmbito jurídico processual com a obra de Diego Richard Ronconi, Pós-Graduado em Ciência Jurídica pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí; pela obra de Pedro Henrique Jardim, mestre em Psicologia Experimental acerca da análise do comportamento e o negro no Brasil; e pela obra de Leonardo Marques Vieira acerca da análise da problemática da "IA" e dos viéses algorítmicos no caso "COMPAS". Foi delineada uma relação de causalidade dentre as áreas do conhecimento mencionadas, constatando o caminho que o Direito Processual está prestes a percorrer ao adotar procedimentos baseados em inteligências artificiais generativas.

**Resultados e Discussão**

Com a análise bibliográfica supracitada foi possível constatar que o Direito Processual encontra-se em um estágio no qual não é possível ignorar as consequências sociais trazidas pelo uso desregulado de IA's generativas. É notório que as tecnologias são ferramentas que servem para aprimorar a performance do trabalho humano, de tal

forma como descreveu Alfred North Whitehead: “A civilização avança ao expandir o número de operações importantes que podemos executar sem pensar”. No entanto, nas tentativas de automatizar a análise e julgamentos de casos concretos, vidas podem estar correndo risco. Sendo mais específico, vidas negras correm o risco de que vieses sejam perpetuados, uma vez que as IA’s generativas aprendem como decisões devem ser tomadas a partir de decisões tomadas outrora. Assim, a totalidade do conhecimento das máquinas foi adquirida através do ensinamento humano, resultando, por conseguinte, na transmissão de preconceitos.

## Conclusão

No mesmo passo que estamos no berço evolutivo das IA, estamos em um limiar que definirá os caminhos percorridos pelos sistemas judiciários ao adotar o uso destas ferramentas. As máquinas ainda não são perfeitas, tal qual os seres humanos, e fazer com que as vidas humanas estejam sujeitas a decisões que não possuem o senso crítico que esperamos de um Juiz, pode ser uma escolha com consequências praticamente irreversíveis para este nicho social, que historicamente, é alvo de preconceito

## Referências

JARDIM, Pedro Henrique. “Análise do comportamento e o negro no Brasil: avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos”. 2018. 95 f. Dissertação - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RONCONI, Diego Richard. “O princípio constitucional da igualdade e a desigualdade legal deste princípio na legislação brasileira”. Novos Estudos Jurídicos, vol. 6, nº 12, agosto de 2009, p. 71-84.

VIEIRA, Leonardo Marques. "A problemática da inteligência artificial e dos vieses algorítmicos: caso COMPAS." Brazilian Technology Symposium. 2019.